COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2020

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – CEARÁPORTOS)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados – método indireto

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Tel.: +55 85 3244 1221
Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120
Sala 707/708, Aldeota
Fortaleza/CE 60170-001

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)
São Gonçalo do Amarante - CE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia"), em 30 de setembro de 2020, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Ausência de controle do ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 apresenta na Rubrica "Ativo imobilizado" os montantes de R$ 5.864 mil e R$ 6.504 mil, respectivamente no individual e consolidado. A Companhia está revisando o sistema de controle físico do ativo imobilizado que fornecerá, quando concluído o processo, subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Pelo fato da revisão desse processo não ter sido concluída até a presente data, não nos foi possível determinar eventual necessidade de ajustes sobre o ativo imobilizado em 30 de setembro de 2020 e dos encargos de depreciação reconhecidos no período findo nessa data, assim como nos demais elementos das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidas com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Fortaleza, 06 de janeiro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.337	212.537	125.726	233.212
Títulos e valores mobiliários	6	115.697	-	115.697	-
Contas a receber	7	13.474	21.432	17.443	23.258
Estoques		353	680	353	680
Impostos a recuperar	8	10.543	13.947	10.706	14.075
Despesas pagas antecipadamente		2.045	1.499	2.151	1.522
Dividendos a receber		-	2.273	-	-
Outros créditos		616	808	616	808
		247.065	253.176	272.692	273.555
Não circulante					
Aplicações financeiras - escrow account	9	51.860	51.660	51.860	51.660
Depósitos judiciais		872	867	873	868
Tributos diferidos		6.003	6.003	6.003	6.003
Investimentos	10	101.079	95.580	23	23
Imobilizado	11	5.864	6.616	6.504	7.814
Intangível	12	810.645	816.510	891.498	896.096
Diferido		54	54	54	54
		976.377	977.290	956.815	962.518
Total do ativo		1.223.442	1.230.466	1.229.507	1.236.073

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	13	5.406	5.505	7.953	6.799
Obrigações fiscais	14	5.067	6.332	7.887	7.950
Obrigações sociais e trabalhistas	15	5.629	3.623	6.304	3.991
Valores a pagar por aquisição de investida		28.400	28.400	28.400	28.400
Dividendos a pagar		-	7.711	-	7.711
Participações nos lucros a pagar	16	11	9.500	11	11.810
Outras contas a pagar		54	91	77	108
		44.567	61.162	50.632	66.769
Não circulante					
Provisões para contingências	17	54.541	52.493	54.541	52.493
		54.541	52.493	54.541	52.493
Patrimônio líquido	18				
Capital social		1.069.658	1.069.658	1.069.658	1.069.658
Reserva de lucros a realizar		30.691	23.146	30.691	23.146
Reserva legal		4.443	4.443	4.443	4.443
Reserva de incentivo fiscal		19.488	19.488	19.488	19.488
Ajustes de Avaliação Patrimonial		54	76	54	76
		1.124.334	1.116.811	1.124.334	1.116.811
Total do passivo e patrimônio líquido		1.223.442	1.230.466	1.229.507	1.236.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		Controladora				Consolidado			
	Nota	30/09/2020		30/09/2019		30/09/2020		30/09/2019	
	explicativa	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Receita líquida de vendas	19	36.990	110.918	42.952	116.938	48.122	144.876	53.854	148.745
(-) Custo dos serviços prestados	20	(22.020)	(69.094)	(22.943)	(64.154)	(25.290)	(79.545)	(26.041)	(72.279)
(=) Lucro bruto		14.970	41.824	20.009	52.784	22.832	65.331	27.813	76.466
(+/-) Despesas/receitas operacionais									
Gerais e administrativas	21	(8.805)	(28.709)	(10.734)	(31.347)	(11.852)	(37.982)	(14.489)	(43.123)
Despesas tributárias		(44)	(458)	(786)	(831)	(45)	(466)	(818)	(901)
Equivalência patrimonial	10	4.903	13.496	2.968	9.187	-	-	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		166	5.140	(643)	(1.548)	2.469	10.125	(393)	(1.284)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.190	31.293	10.814	28.245	13.404	37.008	12.113	31.158
Despesas financeiras		(94)	(2.310)	(48)	(210)	(95)	(2.315)	(52)	(246)
Receitas financeiras		1.893	6.366	3.883	11.086	2.196	7.581	4.108	12.084
(=) Resultado financeiro, líquido	22	1.799	4.056	3.835	10.876	2.101	5.266	4.056	11.838
(=) Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		12.989	35.349	14.649	39.121	15.505	42.274	16.169	42.996
(-) Impostos sobre a Renda	23	(1.748)	(7.378)	(4.894)	(12.854)	(4.264)	(14.303)	(6.414)	(16.729)
(+) Incentivo fiscal - SUDENE	23	1.342	2.706	2.107	5.125	1.342	2.706	2.107	5.125
(-) Impostos diferidos		-	-	2.898	2.898	-	-	2.898	2.898
(=) Lucro líquido do período		12.583	30.677	14.760	34.290	12.583	30.677	14.760	34.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2020		30/09/2019		30/09/2020		30/09/2019	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Lucro líquido do período	12.583	30.677	14.760	34.290	12.583	30.677	14.760	34.290
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	12.583	30.677	14.760	34.290	12.583	30.677	14.760	34.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	286.414	(21)	1.704	2.819	10.772	783.265	121	-	1.085.074
Integralização de capital	(21)	21	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.290	34.290
Realização de ajuste a avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes ao lucro	-	-	402	-	-	-	-	-	402
Baixa de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Saldos em 30 de setembro de 2019	286.393	-	2.106	2.819	10.772	783.265	85	34.290	1.119.730
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.069.658	-	23.146	4.443	19.488	-	76	-	1.116.811
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.677	30.677
Distribuição de dividendos	-	-	(23.132)	-	-	-	-	-	(23.132)
Realização de ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(22)	-	(22)
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.069.658	-	14	4.443	19.488	-	54	30.677	1.124.334

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	30.677	34.290	30.677	34.290
Itens que não afetam o caixa operacional				
Equivalência patrimonial	(13.496)	(9.187)	-	-
Depreciações e amortizações	26.724	23.850	28.797	26.925
Amortização de mais valia	1.178	2.156	-	-
Amortização da avaliação patrimonial	(22)	(36)	(22)	(36)
Atualização de contingências	2.048	2.055	2.048	2.055
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	3.262	6.135	3.262	6.135
Lucro líquido ajustado	50.371	59.263	64.762	69.369
(Aumento líquido)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	4.696	(58)	2.553	(95)
Estoques	327	(217)	327	(217)
Outros créditos	192	(3.219)	192	(3.218)
Impostos a recuperar	3.404	(2.383)	3.369	(2.383)
Despesas pagas antecipadamente	(551)	(566)	(634)	(600)
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(99)	547	1.154	1.394
Obrigações fiscais	(1.265)	1.605	(63)	2.808
Obrigações sociais e trabalhistas	2.006	880	2.313	352
Participações nos lucros a pagar	(9.489)	(5.079)	(11.799)	(6.183)
Outras contas a pagar	(37)	(5.651)	(31)	(5.652)
Caixa líquido das atividades operacionais	49.555	45.122	62.143	55.575
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras - escrow account	(200)	3.628	(200)	3.628
Títulos e valores mobiliários	(115.697)	-	(115.697)	-
Dividendos recebidos	9.092	-	-	-
Aquisição de bens do imobilizado/intangível	(20.107)	(9.710)	(22.889)	(10.379)
Baixa de ativo imobilizado	-	65	-	65
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(126.912)	(6.017)	(138.786)	(6.686)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(30.843)	14	(30.843)	14
Outros ajustes ao lucro	-	388	-	388
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos	(30.843)	402	(30.843)	402
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(108.200)	39.507	(107.486)	49.291
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	212.537	167.410	233.212	176.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	104.337	206.917	125.726	225.716
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(108.200)	39.507	(107.486)	49.291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia" ou "CIPP") teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade", e ao eixo "Ceará de Oportunidades", ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016-2019. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade" adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará- PELT/ CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retro área e na infraestrutura on-shore do Terminal que ocorrerão pari passo ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de dezembro de 2021.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

- Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediarias consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

	% de participação	
	set/20	dez/19
Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em sua controlada e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas informações contábeis intermediarias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas informações contábeis intermediarias individuais.

As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediarias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

Saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediarias consolidadas.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

Classificação – ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na administração da Companhia.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.10. Investimentos

Nas informações contábeis intermediarias individuais da controladora as informações contábeis intermediarias de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As informações contábeis intermediarias de controladas são consolidadas integralmente nas informações contábeis intermediarias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível conforme divulgado na nota explicativa 2.12.

2.12. Ativos intangíveis

Direto de uso

Em 05 de junho de 2001 a União por intermédio do Ministério dos Transporte celebrou juntamente com o Governo do Estado Ceará com a interveniência da Companhia, contrato de adesão no qual autoriza a Companhia a exploração do terminal de uso privativo (TUP) situado no distrito do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante – CE.

Em 2018 foi celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão, para a Companhia, dos ativos (terrenos, edificações, benfeitorias etc.) que são de propriedade do Estado e fazem parte do Complexo Portuário do Pecém.

Apesar da Companhia não se caracterizar juridicamente como uma concessionária de serviços públicos, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura utilizada para prestar um serviço de utilidade pública, no qual inclusive é regulamentado pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), no qual tem autonomia para intervir em políticas de preços e tarifas e em outros aspectos operacionais do Porto.

Adicionalmente é válido mencionar que a Companhia não detém a propriedade efetiva dos ativos cedidos, no qual no término do contrato de cessão tais ativos são devolvidos ao Estado do Ceará.

Considerando a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possuí a política contábil de apresentar como intangível o direito de uso de tais ativos, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Instrumentos financeiros

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras, pois a Companhia e sua controlada não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

3.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Caixa	3	4	4	7
Conta corrente	4	4	21	18
Aplicações	104.330	212.529	125.701	233.187
	104.337	212.537	125.726	233.212

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Títulos e valores mobiliários

São aplicações financeiras realizadas durante o exercício corrente junto a instituição financeira Holandesa Rabobank, com resgate projetado para os meses de maio e agosto de 2021 representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Mercado interno	30.632	27.434	34.601	29.260
Créditos a faturar	3.388	11.282	3.388	11.282
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(20.546)	(17.284)	(20.546)	(17.284)
	13.474	21.432	17.443	23.258

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Aging list				
Títulos a vencer	12.783	18.015	16.752	19.841
Até 30 dias	1.498	2.448	1.498	2.448
De 30 a 60 dias	1.096	293	1.096	293
Há mais de 60 dias	18.643	17.960	18.643	17.960
	34.020	38.716	37.989	40.542

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada abaixo:

	Controladora /consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(17.284)
Adições	(3.262)
Saldo final em 30 de setembro de 2020	(20.546)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	6.421	10.420	6.503	10.502
PIS e COFINS a recuperar	-	110	70	145
IRRF a recuperar	2.648	2.589	2.648	2.589
Demais tributos a recuperar	1.474	828	1.485	839
	10.543	13.947	10.706	14.075

9. Aplicações financeiras – Escrow account

Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (Escrow Account) oriundo da alienação de parte das ações ao Porto de Roterdã ("PoR"). O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do "CDI".

10. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	ZPE	Mais valia - contratos com clientes	Mais valia - autorização de funcionamento	Mais valia - software	Investimentos mantidos ao custo (i)	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	13.496	21.510	55.877	-	23	90.906
Ajuste prospectivo do PPA (Purchase price allocation)	-	1.312	(1.561)	249	-	-
Amortização da mais valia	-	(2.156)	-	(70)	-	(2.226)
Resultado de equivalência patrimonial	9.570	-	-	-	-	9.570
Distribuição de dividendos para a CIPP	(2.670)	-	-	-	-	(2.670)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	20.396	20.666	54.316	179	23	95.580
Amortização da mais valia	-	(1.141)	-	(38)	-	(1.178)
Resultado de equivalência patrimonial	13.496	-	-	-	-	13.496
Distribuição de dividendos para a CIPP	(6.819)	-	-	-	-	(6.818)
Saldo final em 30 de setembro de 2020	27.073	19.525	54.316	141	23	101.079

(i) Refere-se a investimento mantidos nas empresas Têxtil Bezerra de Menezes – TBM e Gerdau S/A. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo;

11. Imobilizado

	Controladora			
	set/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.855	(1.249)	606	750
Máquinas, equip. e ferramentas	5.434	(2.082)	3.352	3.076
Veículos	2.898	(2.309)	589	800
Equipamentos de proc dados	5.550	(4.724)	826	1.431
Embarcações	29	(16)	13	16
Equipamentos de comunicações	881	(509)	372	429
Outros bens imóveis	15	(3)	12	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	42
Biblioteca	5	(5)	-	-
Câmara frigorifica	210	(166)	44	50
Veículos aéreos não tripulados	10	(2)	8	9
Totais	16.935	(11.071)	5.864	6.616

	Consolidado			
	set/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.988	(1.313)	675	830
Máquinas, equip. e ferramentas	5.777	(2.196)	3.581	3.767
Veículos	3.173	(2.542)	631	884
Equipamentos de proc dados	6.233	(5.107)	1.126	1.774
Embarcações	29	(16)	13	16
Equipamentos de comunicações	881	(509)	372	429
Outros bens imóveis	15	(3)	12	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	42
Biblioteca	5	(5)	-	-
Câmara frigorifica	210	(166)	44	50
Veículos aéreos não tripulados	10	(2)	8	9
Totais	18.369	(11.865)	6.504	7.814

Movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora				
	Movimentação do ativo imobilizado				
Bens em Operação	dez/19	Aquisições	Depreciações	Reclassificações	set/20
Móveis e utensílios	750	20	(164)	-	606
Máquinas, equip. e ferramentas	3.076	139	(378)	515	3.352
Veículos	800	-	(211)	-	589
Equipamentos de proc dados	1.431	135	(740)	-	826
Embarcações	16	-	(3)	-	13
Equipamentos de comunicações	429	7	(64)	-	372
Outros bens imóveis	13	-	(1)	-	12
Instalações portuárias e marítimas	42	-	-	-	42
Câmara frigorifica	50	-	(6)	-	44
Veículos aéreos não tripulados	9	-	(1)	-	8
	6.616	301	(1.568)	515	5.864

	Consolidado				
	Movimentação do ativo imobilizado				
Bens em Operação	dez/19	Aquisições	Depreciações	Reclassificações	set/20
Móveis e utensílios	830	20	(175)	-	675
Máquinas, equip. e ferramentas	3.767	139	(405)	80	3.581
Veículos	884	-	(253)	-	631
Equipamentos de proc dados	1.774	188	(836)	-	1.126
Embarcações	16	-	(3)	-	13
Equipamentos de comunicações	429	7	(64)	-	372
Outros bens imóveis	13	-	(1)	-	12
Instalações portuárias e marítimas	42	-	-	-	42
Camara frigorifica	50	-	(6)	-	44
Veículos aéreos não tripulados	9	-	(1)	-	8
	7.814	354	(1.744)	80	6.504

12. Intangível

	Controladora				
	Movimentação do ativo intangível				
	dez/19	Aquisições	Reclassificações	Amortização	set/20
Direito de uso	850.326	15.156	(515)	-	864.967
Software	1.265	4.650	-	-	5.915
Amortização direito de uso	(34.177)	-	-	(24.506)	(58.683)
Amortização software	(904)	-	-	(650)	(1.554)
	816.510	19.806	(515)	(25.156)	810.645
	-				-

	Consolidado				
	Movimentação do ativo intangível				
	dez/19	Aquisições	Reclassificações	Amortização	set/20
Direito de uso	853.333	16.763	(80)	-	870.016
Software	5.129	5.772	-	-	10.901
Amortização direito de uso	(34.177)	-	214	(24.506)	(58.469)
Amortização software	(3.351)	-	(214)	(1.369)	(4.934)
Mais valia na aquisição da ZPE Ceará	75.162	-	-	(1.178)	73.984
	896.096	22.535	(80)	(27.053)	891.498

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

13. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 30 de setembro de 2020, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R$ 5.406 mil e R$ 7.953 mil, respectivamente na controladora e consolidado.

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Processos Fiscais - RFB	-	2.055	-	2.055
IPPJ e CSLL a recolher	673	716	3.015	1.878
IRRF a recolher	32	52	162	148
ISS a recolher	605	692	721	766
PIS e COFINS a recolher	3.527	2.389	3.528	2.518
INSS retido de terceiros	230	428	461	585
	5.067	6.332	7.887	7.950

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
INSS a recolher	1.385	495	1.448	560
FGTS a recolher	99	195	113	220
Provisão para férias	1.997	1.763	2.313	1.970
INSS sobre provisão de férias	534	471	619	526
FGTS sobre provisão de férias	160	140	185	156
IRRF sobre folha	240	525	240	525
Outras obrigações sociais	1.214	34	1.386	34
	5.629	3.623	6.304	3 .991

16. Participações nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Participação dos empregados	11	6.804	11	9.114
Participação dos administradores	-	2.696	-	2.696
	11	9.500	11	11.810

Os fundamentos para a instituição desta Política estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos Princípios e Valores adotados pela CIPP S/A e ZPE/Ceará, para os empregados, observando-se o disposto na cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2019 sobre PLR no que se refere a CIPP.

17. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas.

As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	set/20	dez/19	set/20	dez/19
Contingências trabalhistas	54.541	52.493	54.541	52.493
	54.541	52.493	54.541	52.493

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R$ 378 mil.

A movimentação da Provisão contingência está demonstrada abaixo:

	Controladora /consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(52.493)
Atualização monetária	(2.048)
Saldo final em 30 de setembro de 2020	(54.541)

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	Ações ON	Total	Participação (%)
Estado do Ceará	123.848.859	123.848.859	70,00%
Port of Pecém Participações BV	53.078.083	53.078.083	30,00%
	176.926.942	176.926.942	100,00%

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(c) Reserva de lucros a realizar

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos artigos 30°, 31° e 32° do estatuto social da Companhia.

(d) Reserva de incentivo fiscal

A Companhia possui o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

19. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	set/20	set/19	set/20	set/19
Receita de serviço	129.796	136.381	169.276	173.027
Deduções da receita				
(-) COFINS sobre receita	(9.866)	(10.341)	(10.518)	(13.131)
(-) PIS sobre receita	(2.142)	(2.245)	(5.143)	(2.851)
(-) ISS sobre receita	(6.870)	(6.540)	(8.740)	(7.984)
(-) Cancelamento de serviços	-	(317)	-	(316)
Receita operacional líquida	110.918	116.938	144.876	148.745

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	set/20	set/19	set/20	set/19
Energia elétrica	(11.880)	(11.499)	(11.880)	(11.499)
Serviços prestados	(9.779)	(10.142)	(13.199)	(13.196)
Custo com pessoal	(10.718)	(9.010)	(17.547)	(13.827)
Manutenção e conservação	(8.244)	(6.260)	(8.244)	(6.359)
Outros	(3.411)	(2.905)	(3.411)	(2.905)
Depreciação e amortização	(24.889)	(24.119)	(24.889)	(24.119)
Materiais auxiliares	(113)	(3)	(113)	(3)
Combustíveis e lubrificantes	(60)	(216)	(262)	(371)
	(69.094)	(64.154)	(79.545)	(72.279)

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	set/20	set/19	set/20	set/19
Despesa com pessoal	(9.534)	(8.981)	(15.239)	(16.198)
Serviços prestados	(8.104)	(9.986)	(8.856)	(10.066)
Depreciação e amortização	(1.835)	(1.887)	(2.730)	(2.806)
Amortização da mais valia	(1.178)	-	(1.178)	-
Honorário da Administração	(1.213)	(571)	(1.732)	(1.460)
Outras despesas	(1.425)	(1.098)	(1.660)	(2.760)
Energia elétrica	-	(637)	-	(1.005)
Seguro portuário	(665)	(847)	(665)	(847)
Viagens e estádias	(37)	(170)	(49)	(203)
PECLD	(3.262)	(6.135)	(3.262)	(6.135)
Feiras e eventos	(146)	(228)	(146)	(271)
Combustíveis e lubrificantes	(171)	(118)	(337)	(118)
Telecomunicação	(59)	(216)	(676)	(216)
Manutenção e conservação	(190)	(97)	(510)	(575)
Materiais de expediente	(890)	(376)	(942)	(463)
	(28.709)	(31.347)	(37.982)	(43.123)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	set/20	set/19	set/20	set/19
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	6	3	7	3
Juros ativos	141	133	1.116	635
Outras receitas financeiras	727	59	727	60
Rendimentos de aplicações	5.492	10.891	5.731	11.386
	6.366	11.086	7.581	12.084
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(183)	(205)	(183)	(205)
Atualizações monetárias	(2.048)	-	(2.048)	-
Outras despesas financeiras	(79)	(5)	(84)	(41)
	(2.310)	(210)	(2.315)	(246)
Total	4.056	10.876	5.266	11.838

23. Impostos sobre a renda

	Controladora		Consolidado	
	set/20	set/19	set/20	set/19
Impostos corrente				
(-) Imposto de renda	(5.385)	(9.392)	(7.223)	(12.236)
(+) Incentivo Fiscal - SUDENE	2.706	5.125	2.706	5.125
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(1.993)	(3.462)	(7.080)	(4.493)
	(4.672)	(7.729)	(11.597)	(11.604)

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora	
	set/20	set/19
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	35.349	39.121
Alíquota	34,00%	34,00%
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes	(12.019)	(13.301)
Itens de reconciliação		
Subvenção SUDENE	2.706	5.125
Equivalência patrimonial	4.589	3.124
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.109	2.086
Provisão para contingência	696	699
Outras adições (exclusões) temporárias	(1.753)	(2.564)
Encargo fiscal	(4.672)	(4.831)